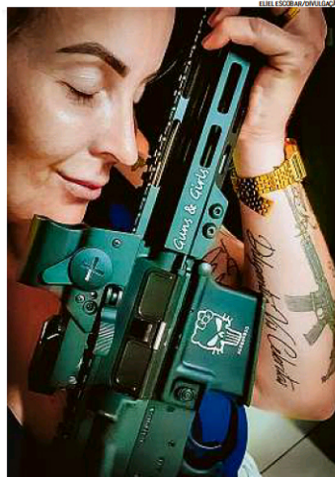
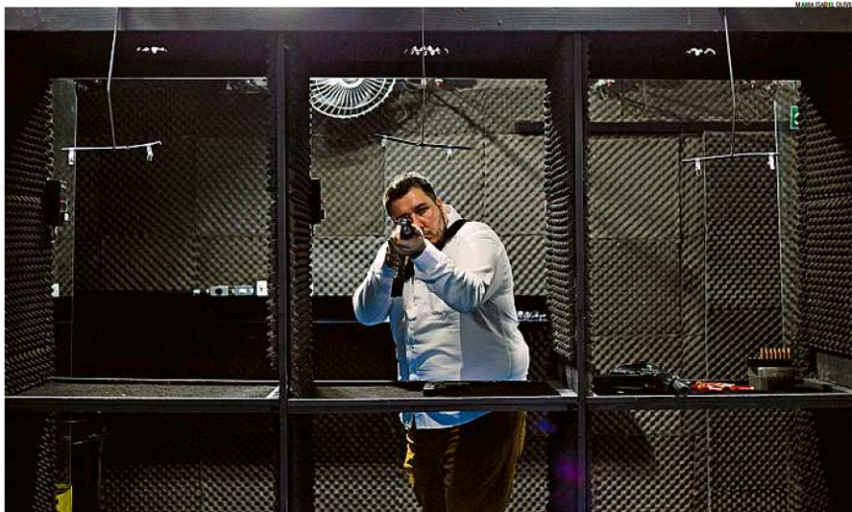


FAROESTE À BRASILEIRA

Prática de tiro vira febre, com mais de mil licenças concedidas por dia no país

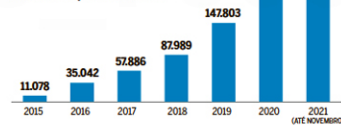


País remunerada. A PM Juliana Lopes dá curso de tiro para mulheres

FEBRE ARMAMENTISTA

Em 2021, o Exército Brasileiro concedeu mais de 1.000 novos registros por dia para colecionadores, atiradores e caçadores (CACs)

Número de novos registros concedidos por ano a CACs



Negócio da bala.

O empresário Gustavo Pazzini entrou no mercado em 2018 e, há dois meses, abriu uma unidade nova de seu clube de tiro de luxo, em São Paulo, que funciona 24 horas

Em 2021, o número de brasileiros com registro de CACs ativos chegou a cerca de meio milhão - quase o triplo de julho de 2019

Histórico de pessoas (CPFs) com registro de CAC



Fonte: Exército Brasileiro

Editoria de Arte



"Estamos numa região bastante armamentista. Temos 200 sócios de uma cidadezinha de 20 mil habitantes. Muitos hóspedes que nunca atiraram acabam se interessando"

Malu Giusto, donade hotel com clube de tiro em Santa Catarina

ALINE REBEIRO
aline@rebeiro.com.br
@alinerbeiro

Mais do que um hobby, a prática do tiro no Brasil atual é um estilo de vida. Dados inéditos mostram que o universo armamentista teve um crescimento sem precedentes no último ano. Até novembro de 2021, o Exército concedeu 1.162 novos registros por dia a Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). É mais que o dobro dos 567 contabilizados diariamente no ano anterior. Para esse público pujante de apreciadores de armas, o mercado tem oferecido cada vez mais serviços como clubes de tiro de luxo com funcionamento 24 horas, treinamento exclusivo para

mulheres e até hotel rural com espaços para a prática de "tiroterapia" em família. Nos espaços de convivência, é possível degustar, a pedidos, charutos ou bebidas temáticas como a vodka russa Kalashnikov, que leva o nome do inventor do AK-47 e cuja garrafa imita uma munição de fuzil. Alguns contam com cozinhas sob supervisão de chefs renomados, além de piscina aquecida e quadra de beach ténis. O empreendedor Gustavo Pazzini, de 31 anos, entrou na onda armamentista em 2018, quando inaugurou seu primeiro clube de tiro no Campo Belo, em São Paulo. Há dois meses, abriu outra unidade em Moema, voltada para o público A+, com funcionamento em tempo integral. Segundo ele, é o único clube

do Brasil que "nunca fecha". A anuidade para frequentar o estabelecimento, que oferece desde regularização da documentação da arma até loja com vários modelos de armamento e munições, chega a R\$ 8 mil. Em breve, Gustavo lançará um terceiro estande da rede, no interior do estado. — Nosso público é predominantemente masculino, de 25 a 45 anos, que tem apreço por arma de fogo e que viu recuando a vontade de adquirir uma no governo atual — diz Pazzini, proprietário do grupo G16 Universidade do Tiro. — Eu era empreendedor em outro ramo, mudei e deu muito certo. Temos quase cem colaboradores, e minha intenção é chegar a cem unidades ainda neste ano. Com a política de flexibilização do acesso a armas, o

número de brasileiros com suas carteirinhas ativas de CAC chegou a quase meio milhão no último ano, quase o triplo de 2019. As informações foram obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI), numa parceria do GLOBO com os institutos Igarapé e Sou da Paz. A policial militar e instrutora de tiros Juliana Lopes, de 39 anos, de Florianópolis, ministra com o marido um curso voltado para o "empoderamento das mulheres", o Guns and Girls. Conhecidos como Sr. e Sra. Lopes — referência ao casal de assassinos de aluguel do filme Sr. & Sra. Smith — eles veem na prática do tiro um instrumento para aumentar a segurança das mulheres e incentivá-las a lidar com seus medos. Afiada pelo assunto, Juliana

tem o corpo coberto por tatuagens de armas e uma coleção delas em casa. Entre os modelos de maior valor sentimental, está um fuzil personalizado com com desenhos da Hello Kitty e do Punisher. — As armas sempre foram uma inspiração para mim, mas não por conta do apelo violento. Em 12 anos de polícia, nunca precisei atirar em ninguém, mesmo atuando em zonas conflituosas — conta ela, que defende o conceito de "tiroterapia". — Vejo o tiro como uma forma de cuidar do corpo e da mente, um esporte que te faz lidar com os limites de forma muito saudável.

Na cidade de Guabiruba, no interior de Santa Catarina, o hotel rural Sítio do Sol oferece aos hóspedes a possibilidade de alimentar ovelhas, colher alimentos na horta e também atirar com armas de pressão (não habilitados) e de fogo (certificados). O clube de tiro fica na propriedade, num terreno cercado de mata a poucos quilômetros da cidade. A proprietária Malu Giusto, de 44 anos, diz que boa parte do público é de CACs, que vão curtir o final de semana em família e atirar.

— Estamos numa região bastante armamentista. Temos 200 sócios de uma cidadezinha de 20 mil habitantes. Muitos hóspedes que nunca atiraram acabam se interessando também.

ESCALADA ARMAMENTISTA

Esta semana, com a volta dos trabalhos no Congresso, o Senado deverá retomar a discussão de uma das propostas de alteração na lei com mais potencial de impactar esse público. O PL 3.723/2019, do Executivo, tem a pretensão de alterar o Estatuto do Desarmamento de 2003, que limitou o acesso a armas e munições no Brasil. Desde então, o porte foi proibido para civis, com exceções para poucas categorias profissionais, e a posse — o direito de ter arma em casa ou no trabalho — passou a ter uma série de restrições. O presidente Jair Bolsonaro tem apoiado o afrouxamento das regras: em sua gestão foram 14 decretos presidenciais, 14 portarias de órgãos de governo, dois projetos de lei e duas resoluções com esse intuito. Porém, boa parte foi contestada no Superior Tribunal Federal (STF). Sob o argumento da busca de segurança jurídica, os armamentistas apostam agora no PL para consolidar, no texto da lei, algumas regras já alteradas.

Michele dos Ramos, assessora especial do Instituto Igarapé, resalta os dois pontos que considera mais polêmicos do PL: a extinção da marcação de munições, inclusive para as forças de segurança, "fundamental para esclarecer crimes com violência armada e para investigar melhor as dinâmicas de desvios"; e a autorização do transporte de uma arma de porte municiada e pronta para uso pelos CACs, a "legalização do porte velado".

— Na prática, o texto libera o porte para essa categoria. Seriam praticamente meio milhão de pessoas andando armadas no país. A preocupação do Estado não deve ser atender às demandas de um grupo que quer mais acesso para suas atividades recreativas. Mas evita que essas armas e munições sejam desviadas e caiam na criminalidade — aponta Michele.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 12